



Veredas atemática

Volume 19 nº 2 – 2015

As metáforas e a persuasão em editorial de jornal: um enfoque da Linguística Sistêmico-Funcional

Sumiko Nishitani Ikeda (PUC-SP)
Liliana B. G. de C. e Silva (PUC-SP)
Marcelo Saporas (UFGD)

RESUMO: Este artigo examina a função persuasiva de dois tipos de metáfora em editorial de jornal. A persuasão implícita evita a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal e, nesse processo, pode contar com a contribuição da metáfora gramatical (a nominalização de verbos e adjetivos), bem como da metáfora conceitual, no contexto dos modos textuais. A pesquisa baseia-se na Linguística Sistêmico-Funcional, que abrange a Linguística Crítica, a Modalidade e a Avaliatividade. Os resultados mostram que a nominalização – por suas funções - atua em estágios específicos do editorial, enquanto que a metáfora conceitual assegura a compreensão do texto dentro de certa perspectiva ideológica.

Palavras-chave: persuasão; editorial; metáforas conceitual e gramatical; modos textuais; Linguística Sistêmico-Funcional.

Introdução

A argumentação pertence à família das ações humanas que têm como objetivo persuadir por meio da convicção e da sedução (KITIS; MILAPIDES, 1997). A convicção envolve uma lista de passos argumentativos, apoiados em elementos verificáveis, que incluem a ativação e a participação do sistema cognitivo do leitor; mas, no caso de a persuasão cercar

essa participação, recorrendo à emoção, fala-se em sedução. Nesse contexto, Latour e Woolgar (1979, p. 240) afirmam que “o resultado de uma persuasão retórica deve convencer os participantes de que não foram convencidos”. Segue-se que a persuasão tende a ser altamente implícita e a evitar a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal, dependendo, assim, em grande parte do sistema de valores compartilhados. Dentre esses recursos retóricos de persuasão, serão enfocados, no presente artigo, dois tipos de metáfora: a gramatical e a conceitual.

Segundo Halliday (1994), para uma dada configuração semântica, haverá, na léxico-gramática, uma realização que será considerada congruente e outra, não-congruente ou metafórica. O autor trata da “metáfora gramatical ideacional”, a nominalização de verbos e adjetivos, processo pelo qual padrões oracionais (p. ex.: *o álcool destrói*) são substituídos por sintagmas nominais – ou “grupos nominais”, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994) – (p. ex.: *destruição pelo álcool*).

A nominalização traz consigo algumas consequências para o discurso. Assim, perdem-se informações, tais como, as indicações de modo e de tempo ou, ainda, do sujeito do verbo, com a consequente despersonalização da oração. Essa escamoteação do sujeito, segundo Fowler (1991), pode contribuir para o processo persuasivo. Há também a possibilidade de o nome resultante (no caso: *destruição*) ter a ele atribuído um adjunto adnominal (como em: *total destruição*), recurso que é, segundo Fowler, o modo persuasivo mais adequado para a introdução de uma avaliação com vistas à sua aceitação pelo leitor. Por outro lado, o nome resultante da nominalização pode, assim, integrar o Tema (o chamado sujeito psicológico) de uma oração, possibilitando ao autor selecionar e focalizar na oração o elemento que deseja para assim guiar a interpretação do leitor. Além disso, o uso da nominalização em lugar do verbo tem o efeito de distanciar o escritor do leitor, permitindo àquele posicionar-se como especialista do assunto e, desse modo, tomar as rédeas da argumentação corrente (FOWLER, 1991).

Quanto à abordagem conceitual ou semântico-cognitiva da metáfora, Lakoff e Johnson (1980) afirmam que a metáfora conceitual - que ocorre no domínio mental - subjaz a uma série de expressões metafóricas – que ocorrem no domínio linguístico. Assim por exemplo, no caso da metáfora ARGUMENTO É GUERRA, um domínio de experiência (p.ex., *argumento*) é sistematicamente conceituado em termos de outro (p.ex., *guerra*) por meio de expressões metafóricas (p. ex., *ataquei a opinião dele, sua crítica foi direto ao alvo, suas reivindicações eram indefensáveis*). Assim é, diz Slobin (1980, p. 91), porque as línguas, para facilitar a compreensão, expressam noções abstratas (p.ex., *argumento*) por extensões metafóricas de experiência concreta (p.ex., *guerra*). Notemos que essa passagem pode acarretar diferença de representação da realidade com possível proveito para o processo persuasivo.

Nesse contexto, Hunston (1993) estabelece uma relação entre a ideologia presente nos textos e a avaliação. O texto é escrito para ser entendido no contexto de uma determinada ideologia, envolvendo necessariamente um sistema de valores, que pode ser descrito linguisticamente em termos da avaliação presente nos textos. A avaliação, segundo a autora, pode ser definida como qualquer elemento que indique a atitude do escritor em relação ao valor de uma entidade no texto. A Linguística Sistêmico-Funcional estuda a avaliação sob a designação de Avaliatividade (MARTIN, 2000).

Importante para o presente estudo é a noção de “modos textuais”. Reynolds (2000) busca mostrar como a textura do discurso é criada por meio da mistura de modos textuais –

descrição, narração e argumentação - no contexto de um gênero específico – o editorial de jornal. Tecemos fato (descrição e narração) e opinião (argumentação) juntos no discurso: daí, a “textura”, diz ele. Para tanto, a textura conta com a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura: a estrutura de gênero e a estrutura linguística.

O objetivo deste artigo é o exame da função persuasiva da metáfora conceitual e da metáfora gramatical em um editorial publicado no jornal *Folha de São Paulo*. As seguintes perguntas deverão ser respondidas, considerando a estrutura de gênero e a estrutura linguística: (a) como é construída a metáfora conceitual no contexto dos modos textuais? (b) qual é a função da metáfora gramatical nesse processo?

A pesquisa, de cunho crítico, baseia-se na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978, 1985, 1994; HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2004), apontada por vários linguistas (FOWLER, 1991; FAIRCLOUGH, 1992; CHARTERIS-BLACK, 2004), como sendo a teoria mais adequada para a análise crítica, devido à sua multifuncionalidade. A Linguística Sistêmico-Funcional acolhe em seu bojo, além da Modalidade¹ e da Avaliatividade, a Linguística Crítica (FOWLER, 1991), uma abordagem que alia um método de análise linguística textual com uma teoria social da linguagem, envolvendo processos políticos e ideológicos. Assim, escolhas na estrutura linguística (a microestrutura do texto), à luz da situação social e histórica de um texto, trazem para o nível da consciência padrões subjacentes de crenças e valores (a macroestrutura discursiva), que conformam uma notícia (LI, 2010).

1. Fundamentação teórica

Apresentamos, a seguir, as teorias que embasam a análise do editorial, tratando, basicamente, de dois assuntos: (a) questões estruturais referentes ao gênero editorial e sua característica fundamentalmente argumentativa com base na metáfora conceitual; (b) questões referentes à persuasão que percorre o editorial, na microestrutura do texto, abrangendo a metáfora gramatical e outros recursos retóricos.

1.1. A linguagem dos jornais: O editorial

Os textos nos jornais, segundo Fowler (1991), passam por um processo de seleção e de transformação, guiados por referência, geralmente inconsciente, a ideias e crenças. A análise desses produtos revela proposições abstratas que não são necessariamente afirmadas e nem questionadas e, tendem, segundo estudiosos da mídia, a estar em consonância com as ideias de grupos controladores, já que o jornal é uma indústria com seus próprios interesses, situada nos campos social, econômico e político.

O gênero editorial, segundo Fowler (1991), tem como meta afirmar a visão do jornal a respeito de algum assunto, e não é assinado. No caso da *Folha de São Paulo*, o editorial ocupa

¹ Decidimos utilizar a letra inicial maiúscula para os termos técnicos da Gramática Sistêmico-Funcional, para evitar confusão com termos semelhantes de outras teorias, mas como significados diferentes.

sempre a primeira coluna da segunda página, ao lado de outros textos assinados (que chamamos “artigos de opinião”), o que faz subentender que a opinião contida no editorial seja independente dos demais e que por *default* seja a do jornal.

Em termos textuais, o editorial é predominantemente um modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição, segundo Reynolds (2000). A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar a argumentação com evidências, na medida em que a natureza da verdade das afirmações expressas no discurso deve passar pelo seguinte teste, de acordo com o autor: a verdade é verificável literalmente? Se a resposta for “sim”, trata-se de narrativa ou de descrição; se “não”, será uma argumentação.

1.2. A Linguística Sistêmico-Funcional

Para a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), uma proposta teórico-metodológica de Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores, a língua está estruturada para construir simultaneamente três tipos de significados - ou metafunções – Ideacional, Interpessoal e Textual. Essa simultaneidade semântica decorre do fato de a língua ser um sistema semiótico, um código convencionalizado, organizado como um conjunto de escolhas no nível intermediário de codificação, a léxico-gramática, segundo Halliday.

- A metafunção Ideacional representa os eventos das orações em termos de *fazer, sentir* ou *ser*, entre outros, por meio do sistema da Transitividade, que envolve: (a) Participante; (b) Processo; e (c) Circunstância. O Quadro 1 mostra o sistema acrescido de exemplos.

Processos	Participantes	Circunstâncias
Material	João vendeu sua chácara ao vizinho Ator Meta Beneficiário Ele caminhou pelo sertão. Ator Extensão	devido à seca.
Comportamental	O sertanejo gemia de agonia Comportante Comportamento	enquanto seguia.
Mental	Ele não mais acreditava em milagres. Experienciador Fenômeno	
Existencial	A seca se fazia presente. Existente	no nordeste.
Relacional	(a) Atributivo: Ele era um retirante. Portador Atributo (b) Identificativo: O retirante era o João. Característica Valor	
Verbal	O homem contou-nos horrores sobre a seca. Dizente Receptor Verbiagem Alvo	

Quadro 1: Relação Processos/Participantes/Circunstâncias (HALLIDAY, 1994)

- A metafunção Interpessoal envolve as relações entre as pessoas expressas na linguagem, por meio da Modalidade, com recursos para indicar: Modalização da informação: probabilidade e frequência; e Modulação sobre bens & serviços: obrigação e inclinação.

- A metafunção Textual organiza os significados Ideacionais e Interpessoais de uma oração, trabalhando os significados devidos à ordem das palavras na oração, em termos do Tema e do Rema.

Por outro lado, os sistemicistas têm como princípio analisar produtos autênticos das interações sociais, levando em conta o contexto social – situacional e cultural - a fim de avaliar a qualidade dos textos (EGGINS, 1994). O contexto situacional é chamado de Registro, e o contexto cultural, de Gênero, na LSF. O Registro envolve três variáveis: Campo (refere-se ao assunto), Relações (refere-se à interação) e Modo (refere-se à organização do texto). Essas variáveis são, por sua vez, organizadas pelas metafunções da linguagem: Ideacional, Interpessoal e Textual, respectivamente (MUNTIGL, 2002).

Já o Gênero é definido como “uma atividade, organizada em *estágios*, orientada para uma *finalidade*, na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura” (MARTIN, 1984, p.25). Cada um dos estágios pode ser identificado na seção retórica do texto, revelando uma função comunicativa específica. A organização dos estágios de um determinado gênero é o que proporciona sua identidade e o distingue de outros gêneros (PARODI, 2014). Os gêneros que abrigam a argumentação apresentam, em termos gerais, a estrutura Problema-Solução (HOEY, 1994; PORTA, 2002), composta por (a) Situação; (b) Problema; (c) Hipótese de Solução (ou de pontos de vista sobre a questão); (d) Argumentos em prol da Hipótese; e (e) Tese.

1.3. Metáfora gramatical: a nominalização

A nominalização de verbos e adjetivos, relaciona-se com o fato de fala e escrita recorrerem a diferentes modos de construir significados complexos, segundo Halliday (1994). Em geral, a língua escrita é mais complexa por ser lexicalmente densa, envolvendo grande número de itens lexicais em uma única oração, enquanto que a língua falada tende a ser complexa por ser gramaticalmente complexa, construindo orações complexas com o recurso da parataxe e da hipotaxe². Para Halliday, o grupo nominal³ é o recurso primário usado pela gramática para “empacotar” (HALLIDAY, 1994, p. 350) itens lexicais em alta densidade, especialmente, na modalidade escrita. O exemplo (1) compara uma oração com o grupo nominal resultante da nominalização do verbo:

(1) Ele foi destruído pelo álcool (**oração**) X A destruição pelo álcool (**grupo nominal**)

Em (1), o Ator (*álcool*) do Processo Material (*destruir*) é descartado pela nominalização (*destruição*) e é reduzido a um adjunto adnominal (*pelo álcool*). Notemos, diz Halliday, que, quando padrões oracionais são substituídos por nominais, alguma informação é perdida: no caso, o sujeito oracional (*ele*), resultando em uma despersonalização da oração.

² Correspondem, em termos gerais, à coordenação e à subordinação, respectivamente.

³ Halliday (1994) distingue entre **grupo** (expansão de uma palavra, como, por exemplo: menina linda, menina linda do vizinho) e **frase** (contração de uma oração, como, por exemplo: Pedro tem um livro → livro de Pedro).

Outro exemplo, que mostra a densidade lexical da modalidade escrita, refere-se, segundo o autor, à transformação de duas orações da modalidade oral em uma na escrita, em que a primeira oração é transformada em um grupo nominal, por meio da nominalização:

(2) Oral: Os viadutos foram construídos com pedra e apresentavam vários arcos. (2 orações)

(3) Escrita: Excelentes viadutos de pedra com numerosos arcos foram construídos. (1 oração)
(Grupo Nominal).

Embora uma linguagem densamente nominalizada possa parecer pretensiosa e obscurecer o sentido, observa Eggins (1994), a motivação real para essa escolha gramatical é funcional, traduzindo-se por meio de dois tipos de efeito que não conseguimos com a não-nominalização: (i) organizar o texto retoricamente, em torno não de atores, mas de ideais, razões e causas; (ii) (des)focalizar partes da sentença.

Para a autora, essas possibilidades têm impacto sobre a metafunção Textual, possibilitando o relato de um mesmo conteúdo por meio de formas linguísticas diferentes. E, segundo Fowler (1991), modos diferentes de dizer a mesma coisa não são alternativas acidentais: diferenças de expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação). Também em termos da metafunção Textual, inclui-se a possibilidade de o termo nominalizado (p.ex., *denúncia*) ocupar o lugar de Tema da oração, aquilo de que se fala na oração – o sujeito psicológico – (p.ex., *A denúncia em questão motivou a saída ...*) atuando, assim, na orientação da interpretação do leitor (FIGUEIREDO, 2006). Segundo Randaccio (2004), a nominalização constitui um recurso discursivo imensamente poderoso, sendo a fonte primeira da energia da dinâmica do argumento científico e técnico.

O seguinte exemplo mostra uma compactação de significados – via nominalização (no Texto A, em negrito) – fazendo resultar um aumento de densidade lexical, enquanto que a descompactação – via não-nominalização (no Texto B) - faz resultar um período prolixo e repetitivo. O Texto A é trecho de editorial da *Folha de São Paulo* e o Texto B, uma versão construída (em sala de aula), não-nominalizada, com a conseqüente recuperação dos sujeitos eliminados (em itálico), incluindo até um erro gramatical, o uso anafórico de “mesma”, talvez para não repetir os sujeitos nesse processo recuperatório.

TEXTO A: A Petrobrás está reivindicando junto à SEPLAN um **reajuste** no **orçamento** de **investimentos** que permita a **ampliação** da **produção** de óleo cru para 500 mil barris diários até 1998.

TEXTO B: A *Petrobrás*, que produz óleo cru, pretende ampliar sua produção. *A mesma quer ampliar* essa produção para 500 mil barris diários até 1998. Para tanto, *ela está reivindicando* à SEPLAN que *esta reajuste* o seu orçamento de modo que aumente o investimento que tornará realidade tal projeto.

1.4. Metáfora conceitual: ideologia e pensamento

A abordagem semântico-cognitiva da metáfora originou-se no clássico trabalho de Lakoff e Johnson, *Metaphors We Live By*, e foi modificada mais tarde (LAKOFF, 1993, 1999; LAKOFF; TURNER 1989; JOHNSON 1987 *apud* CHARTERIS-BLACK, 2004). Para Lakoff (1993, p. 20), “o lugar da metáfora não é a língua, mas o modo como conceituamos um domínio mental em termos de outro”. Esta é a base para a distinção entre as noções de “metáfora conceitual” e “expressão metafórica”, que ele resume assim:

“metáfora” ... significa “um mapeamento de domínio-cruzado no sistema conceitual”. O termo “expressão metafórica” refere-se à expressão linguística (palavra, frase ou sentença), à superficialização desse mapeamento domínio-cruzado (LAKOFF, 1993, p. 23).

A metáfora conceitual representa uma base conceitual, ideia ou imagem, e subjaz a uma série de expressões metafóricas, ou “mini-metáforas” (KITIS; MILAPIDES, 1997, p. 563). Por outro lado, o fato de a metáfora conceitualizar um domínio de experiência em termos de outro pode contribuir para a criação de diferentes representações da realidade.

Nesse contexto, Charteris-Black (2004) procura demonstrar a importância da metáfora em áreas, tais como, as da política e da religião, em que influenciar julgamentos é meta central do discurso. O autor, apoiando-se em Kress e Hodge (1993, p. 15), para quem “a ideologia envolve uma apresentação sistematicamente organizada da realidade”, afirma que a metáfora é vital na criação dessa apresentação da realidade.

Para tanto, diz Charteris-Black, a abordagem semântico-cognitiva precisa ser complementada com a inclusão de fatores pragmáticos já que as metáforas são sempre usadas em contexto específico de comunicação. Ele propõe, assim, a Análise Crítica da Metáfora, uma abordagem da análise da metáfora que objetiva revelar as intenções cobertas (e, talvez, inconscientes) dos usuários da língua. Para ele, a análise da metáfora deveria ser um componente central da análise do discurso crítica, já que esse tropo é usado persuasivamente para expressar a avaliação e, por isso, constitui parte da ideologia dos textos.

1.5. A Avaliatividade

Martin (2000), examinando a metafunção Interpessoal, acrescenta, ao lado da Modalidade (HALLIDAY, 1994), o léxico avaliativo que expressa a opinião do falante (ou do escritor) sobre o parâmetro bom/mau, como por exemplo em: *É inaceitável que o espírito de competição degenera em mortes.*

O sistema de escolhas usado para descrever essa área de significado potencial avaliativo foi por ele denominado de *Appraisal* (traduzido por Avaliatividade), rótulo para uma coleção de recursos semânticos para negociar o posicionamento do autor em relação à mensagem e também em relação ao interlocutor, incluindo: Atitude, Compromisso e Graduação. Martin (2000) descreve a Atitude em termos de três dimensões: Afeto, Julgamento e Apreciação. O Afeto constrói respostas emocionais (*felicidade, tristeza, medo*); o Julgamento refere-se à avaliação moral de comportamento (*honesto, decepcionante*); e a

Apreciação trata da qualidade estética dos elementos avaliados (*harmonioso, inovador*). Coffin e O'Halloran (2006) sugerem a inclusão da Avaliação Social, como uma subcategoria de Apreciação para a avaliação positiva ou negativa de produtos, atividades, processos ou fenômenos sociais.

Por outro lado, Martin observa que há situações em que a avaliação não se faz explícita, como em: *O Brasil desafiou os EUA na ALCA*. Nesse caso, o fato de o Brasil ter desafiado os EUA tanto pode ter avaliação negativa, quanto positiva, dependendo do contexto em que o enunciado foi produzido. Esse fato levou-o a postular uma distinção importante: a Avaliatividade inscrita (ou explícita) e a evocada (ou implícita). O autor, então, propõe a noção de “*token* de Atitude” para denominar o modo pelo qual o significado ideacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, interpessoais (MARTIN, 2000). Os *tokens* de atitude estão sujeitos à influência do contexto, e, segundo o autor, toda instituição está carregada com pareamentos desse tipo.

Martin (1992) e outros systemicistas notaram, também, que as realizações de significados Interpessoais tendem a ser mais “prosódicas” que as realizações mais segmentáveis e localizadas dos significados Ideacionais. Assim, componentes redundantes, qualificadores e amplificadores ou restritivos, daquilo que é funcionalmente uma única avaliação, espalham-se através da oração ou mesmo de longos trechos de um texto (LEMKE, 1998).

1.6. A persuasão implícita

Persuadir é saber gerenciar uma relação, é falar à emoção do outro, é construir algo no campo das ideias: quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize (ABREU, 2002). Para Koch (1987), o ato de argumentar, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia. Foi com o surgimento da Pragmática que o estudo da argumentação ou retórica passou a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre a linguagem, afirma a autora.

Para Latour e Woolgar (1979, p. 240), a persuasão tende a ser altamente implícita, sem o recurso da linguagem avaliativa geralmente associada ao significado interpessoal, caso em que sua interpretação depende em grande parte do sistema de valores compartilhados. Nesse contexto, Kitis e Milapides (1997) falam em “*crypto*-argumentação” – ou argumentação secreta – subjacente à narração e à descrição, para implicitamente persuadir o leitor. A razão para tal fusão, diz Reynolds (2000), deriva da necessidade de apoiar a argumentação – uma opinião do autor - com evidência verificável literalmente por meio da narração ou da descrição. Por outro lado, segundo Kitis e Milapides (1997), a persuasão envolve não só o ato de convencer, que se dirige à razão, por meio de um raciocínio estritamente lógico e de provas objetivas, mas também o de seduzir, quando se apoia em fatores emocionais.

Nessa perspectiva, os textos escritos estabelecem um diálogo virtual com os leitores conforme o desenrolar do processamento do texto. A propósito, Fløttum (2010) indica a polifonia como um recurso persuasivo efetivo, com a inclusão de traços explícitos ou implícitos de diferentes vozes, como, por exemplo, a presença de múltiplos pontos de vista, típica do discurso político. Essa presença pode ser efetivada com a atribuição a fontes

distintas ou confusas. A abordagem polifônica pode, assim, revelar algumas interações sutis por meio de vozes e argumentos implícitos, segundo a autora.

Por seu lado, Kärkkäinen (2006, p. 699) afirma que a atitude no discurso não é a apresentação linguística transparente de “estados internos” de conhecimento, mas emerge da interação dialógica entre interlocutores. Assim, a atitude é mais apropriadamente vista de um ponto intersubjetivo, não devendo ser considerada apenas como uma dimensão subjetiva da linguagem.

Nesse contexto, Luchjenbroers e Aldridge (2007), definindo *frames* como conjuntos de informação aceitos culturalmente que acompanham qualquer termo lexical, mostram a importância da adequação do *frame* escolhido para “contrabandear uma informação”, um termo usado para a inserção sub-reptícia de informação negativa em dado contexto: cada escolha lexical desencadearia uma rede ampla de associações prototipicamente presentes no uso do termo escolhido. Nessa linha de raciocínio, Coffin e O'Halloran (2006) tratam da Avaliatividade negativa, enfocando o que tem sido chamado de “política do apito do cão” (*dog whistle politics*), frase cunhada para capturar a forma implícita de avaliação. Com base nesse recurso, a comunicação política usa significados aparentemente neutros, mas que devem ser “entendidos” como uma mensagem negativa pela comunidade alvo (MANNING, 2004).

1.7. A Linguística Crítica

A Linguística Crítica, uma abordagem desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER et al., 1979; KRESS; HODGE, 1993 [1979]), tenta casar um método de análise linguística com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à Linguística Sistêmico-Funcional.

Segundo Fowler (1991), a posição padrão dos estudiosos da mídia considera o jornal como sendo um construto que deve ser entendido em termos sociais e semióticos. Todos reconhecem a importância da língua nesse processo de construção, mas, na prática, a língua recebe um tratamento relativamente pequeno. Deve-se, pois, atribuir à língua a devida importância, não somente como um instrumento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação.

O ponto teórico principal na análise de Fowler é de que *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica - seleção lexical, opção sintática, etc. – todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação). Portanto, na medida em que há, sempre, valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como Linguística Crítica.

A análise crítica, estudando detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, procura trazer - ao nível da consciência os padrões de crenças e valores subjacentes à notícia - para quem aceita o discurso como “natural” (FOWLER, 1991, p. 67).

2. Metodologia

Esta seção descreve a metodologia utilizada para a análise do editorial “O Quinto Centenário”, publicado no dia 22 de abril de 2000, no jornal *Folha de São Paulo*, durante a comemoração do Descobrimento do Brasil, apresentando a coleta de dados e os procedimentos de análise.

2.1. Dados

A seleção do editorial "O Quinto Centenário" para o presente artigo deveu-se a um fato curioso. Alunos da graduação em Letras haviam feito uma coleta de dez publicações versando sobre as comemorações do descobrimento do Brasil, entre as páginas 2 e 3 do jornal *Folha de São Paulo*, cobrindo os dias 21 a 27 do mês de abril de 2000. O exame dos textos mostrou-nos que, enquanto nove deles criticavam o fracasso das festividades, um só navegava contra essa tendência. Um olhar mais detido mostrou-nos que esse era um editorial e os demais, artigos de opinião.

Ora, como seria feita a persuasão nesse caminhar contra a voz corrente, desconstruindo a opinião pública já formada e sólida? como seria esse nadar contra a maré de frustrações de uma nação, que lia, que via, que ouvia, todos os dias, que as comemorações dos 500 anos do descobrimento de sua terra tinham virado pó, e o que restara desmanchava-se em atos de violência e destruição? Como se construiria, nesse contexto, a "autoridade do editorial" de que fala Fowler (1991, p. 208)?

2.2. Procedimentos de Análise

Após a caracterização do contexto situacional via variáveis de Registro, o processo persuasivo que percorre o editorial será analisado em duas etapas: (A) e (B).

Na etapa (A), acompanhamos a criação da metáfora conceitual, no contexto formado pelos modos textuais – descrição, narração e argumentação – além da função da Modalidade e do Compromisso, no que diz respeito a declarações com ou sem negociação com o leitor. Casos de processos retóricos de persuasão, tais como, o contrabando de informação e a política do apito do cão também serão observados nesta etapa.

Na etapa (B), examinamos, com enfoque no processo persuasivo que se realiza prosodicamente no discurso, as escolhas léxico-gramaticais feitas nas três metafunções: (i) a Transitividade (metafunção Ideacional); (ii) Avaliatividade (metafunção Interpessoal); e a (iii) Nominalização (metafunção Textual).

O exame das escolhas léxico-gramaticais aponta para a construção da estrutura geral do editorial, na qual, como se fosse numa lousa, estariam inscritos os processos sociais, ideológicos e políticos ali envolvidos (LI, 2010; KITIS; MILAPIDES, 1997).

3. Análise e Discussão dos Resultados de “O Quinto Centenário”

3.1. Levantamento do contexto situacional

De acordo com Goatly (1997), a especificação do Registro – contexto situacional do texto analisado – ajuda a tornar menos subjetiva a posição do analista. É o que faremos a seguir:

- Campo:** O fracasso das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.
Relação: O jornal *Folha de São Paulo* e seus leitores.
Modo: O editorial em foco é constituído predominantemente do modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição.

3.2. Análise do Editorial: Os estágios de Gênero e suas finalidades

A descrição da organização retórica de um gênero implica uma análise em que cada um dos estágios que o compõem representa uma meta comunicativa específica que, interligados, revelam uma meta comunicativa global do gênero como um todo (PARODI, 2014). Assim, ao mesmo tempo em que se presta atenção às estruturas léxico-gramaticais do texto, consideram-se essas estruturas dentro de um enquadre de uma metáfora construída que não só permeia e domina todo o artigo, mas também forma a espinha dorsal da sua estrutura argumentativa.

A seguir, procede-se à divisão do texto do gênero editorial em estágios, colocados em quadros, com a indicação de suas finalidades (MARTIN, 1984; HOEY, 1994; PORTA, 2002) no título de cada estágio. Nesses estágios, serão indicados os modos textuais (REYNOLDS, 2000), assim assinalados: *narração* (itálico), descrição (sublinhado) e **argumentação** (negrito). No caso da fusão escalada, como em: *fracasso*, em que o termo faz parte de narrativa (itálico), mas também expressa a opinião do autor (negrito), a indicação será, assim, superposta. Concomitantemente, sempre com foco na persuasão que percorre o texto, serão apontados: a Modalidade (HALLIDAY, 1994) e o Compromisso (monoglossia e heteroglossia) (WHITE, 2003).

O QUINTO CENTENÁRIO

Editorial FSP 22/4/00

Há 500 anos, a nau capitânia do navegador português Pedro Álvares Cabral aportava na região da atual cidade de Porto Seguro, Bahia. Decerto tratou-se do início de uma história relevante, a história do Brasil branco, porque existe uma outra para ser contada a respeito dos vários povos indígenas que aqui habitavam desde remotos tempos.

Quadro 2: Hipótese: Há duas histórias – oficial e a do povo

O primeiro estágio inicia-se com uma narrativa (itálico) sobre assunto de conhecimento do leitor, fato que lhe proporciona conforto e o torna mais propenso a aceitar as opiniões do autor (FOWLER, 1991). Nesse contexto, o editorial – na tentativa de convencer o leitor sobre a desnecessidade das comemorações dos 500 anos – faz uma concessão referente à importância da viagem de Cabral, para, logo a seguir, observar que existe “uma outra história a ser contada”, observação politicamente correta, que insere a persuasão via sedução no texto.

O que surpreende neste editorial é o uso de léxico e de relações gramaticais que, gradualmente, mas de modo consistente, constrói uma metáfora dominante que permeia a estrutura total do texto: GOVERNO É PAI - aquele que sabe o que é bom para o povo e, assim, o protege – metáfora que orientará o leitor a se alinhar com a atuação oficial, que é exatamente a meta do editorial. Neste estágio, concorrem para a construção dessa metáfora, as expressões metafóricas, ou mini-metáforas: *A história do Brasil é branco X A história do Brasil é índio.*

Na época estavam os portugueses muito mais interessados nos lucros do comércio ultramarino de especiarias. Dominavam uma rota alternativa de comércio, contornando o Cabo da Boa Esperança (extremo sul da África) para chegar ao Oriente. Não foi à toa que a expedição de Cabral permaneceu nas terras brasileiras apenas alguns dias, para tomar posse efetiva de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos portugueses. Foi apenas uma parada em uma viagem que tinha como destino Calicute, na Índia.

Quadro 3: Argumento pró-governo: Desinteresse lusitano pela “descoberta”

Vários trechos nos três modos textuais em fusão linear, com realce para os monoglóssicos: “não foi à toa” e “foi apenas”, insistem em mostrar que o interesse dos portugueses estava longe das terras brasileiras (“comércio ultramarino de especiarias”; “Calicute na Índia”; “Cabo da Boa Esperança” – e, neste último exemplo, como que para garantir a importância da distância - o detalhe: “extremo sul da África”). Finalmente, para não deixar dúvidas quanto ao desinteresse português na terra sul americana, o desfecho: a terra brasileira já pertencia ao reino lusitano, não havendo sentido em “descobri-la”. Esses fatos podem ser resumidos na expressão metafórica: *O interesse lusitano é o Oriente.* Para tanto, o estágio conta com o apoio do “contrabando de informação”, em que o uso de certos termos desencadeia no enquadre mental (*frame*) do leitor toda rede de avaliações a eles relacionados.

A exploração efetiva das terras brasileira só começaria décadas depois, com o aproveitamento do fértil solo, especialmente da zona da mata nordestina, para a plantação da cana e a produção do açúcar destinado ao abastecimento do mercado europeu. Mas não é preciso cobrar rigor historiográfico das comemorações que ocorrem na data de hoje sobre os 500 anos da chegada da frota do navegador português. Como a maioria das festas cívicas do gênero, ela fala muito mais do presente que do passado. E é esse presente histórico, o Brasil de 22 de abril do ano 2000, que é particularmente interessante.

Quadro 4: Estágio: Argumento pró-governo, envolvendo o povo

A análise dos modos textuais mostra um aumento na frequência da argumentação (em negrito). É como se, uma vez preparado o terreno (e, assim, ganhando a confiança do leitor, por meio de fatos narrados e descritos considerados confiáveis), o autor se sentisse mais à vontade para colocar seus argumentos a favor do insucesso das homenagens. Notemos, nesse processo, a contribuição da modalização de frequência (“só começaria décadas depois”, “fala mais do presente do que do passado”) e da modulação de obrigação em tom monoglóssico (“não é preciso cobrar” ou “E é esse presente histórico...”), que, assim fortalecem o argumento do autor.

É assim que o editorial, na tentativa de distanciar o foco da discussão, passa de abril de 1500 para abril de 2000, com o que contrabandeia para o contexto a informação sobre os protestos na Bahia. Esse fato dá continuidade à inclusão do povo – o lado do filho - na construção da metáfora conceitual, que conta aqui com a expressão metafórica: *O presente histórico interessante é o Brasil de 22 de abril de 2000.*

Imagine-se o que seria uma comemoração dessas no regime militar ou no Estado Novo de Getúlio Vargas. Paradas nas ruas, garotos uniformizados cantando o "hino do Descobrimento", livros editados para louvar a beleza e as riquezas do Brasil. Enfim, uma sombria demonstração de força do governo de plantão, de tipo parecido com o que praticavam os regimes soviéticos ou com o que ocorre na China.

Quadro 5: Argumento pró-governo e pró-povo

O Processo Mental “imagine” (HALLIDAY, 1994) permite ao autor a liberdade de alçar altos voos, envolvendo em sua argumentação (agora ocupando a totalidade do estágio - com uma fusão escalada com a descrição no final) assuntos inusitados para a discussão corrente. Assim, vozes que mencionam “regime militar”, “Estado Novo”, “regimes soviéticos ou chineses” contrabandeiam informação negativa para o texto, sugerindo que “paradas” e “garotos uniformizados” só existiriam em regimes ditatoriais. Além disso, “imagine” permite divagar até mesmo sobre um suposto “hino do Descobrimento”, com provável efeito persuasivo. Essas escolhas léxico-gramaticais dão origem a expressões metafóricas (*A comemoração dos 500 anos é Estado Novo de Getúlio, é demonstração de força, é regime soviético ou chinês*), que contribuem para a construção da metáfora GOVERNO É PAI. É como se o texto dissesse: veja o perigo que o povo (ou filho) correria não fosse o sábio desinteresse das autoridades (o pai) pelas comemorações oficiais.

Em oposição a isso, o próprio aspecto de precária organização, com as devidas exceções, e mesmo de pouca importância dedicada pelo governo aos festejos - comandados por um inexpressivo ministro do Turismo - não deixa de ter seu ponto positivo. Os governantes parecem estar menos interessados em fazer valer pela força ou pela máquina de propaganda oficial a sua versão da história. A esse respeito, há um visível amadurecimento no comportamento dos mandatários, que deve ser creditado quase exclusivamente ao fato de se ter hoje uma democracia razoavelmente estabelecida neste país.

Quadro 6: Argumento pró-governo e pró-democracia (governo do povo)

Notemos que em “Em oposição a isso”, “isso” (aparentemente em relação lógica de causa) refere-se a fatos apenas imaginados no momento atual (embora reais em outras épocas, o que os torna significativos). O modo textual da argumentação domina neste estágio, em fusão escalada com a descrição de fatos fartamente divulgados pela mídia, o que permite até a afirmação de que “precária organização”, “inexpressivo ministro”, “pouca importância dedicada pelo governo aos festejos” sejam sinais de “amadurecimento dos mandatários” e de “democracia”.

Para tanto, o texto afasta-se do leitor, lançando mão do tom monoglóssico, mas, ao mesmo tempo, toma as precauções ao fazer afirmações não condizentes com o mundo real (“com as devidas exceções”, “não deixa de ter”, “parecem estar”, “razoavelmente”), em negociação heteroglóssica.

Por meio dessas escolhas léxico-gramaticais, a metáfora GOVERNO É PAI fortalece o argumento de que o governo esquivou-se do uso (suposto) da força, para promover a liberdade democrática ao povo, introduzido por mini-metáforas: *A democracia é organização precária, é ministério inexpressivo.*

Também a democracia permite que estejam em Porto Seguro representantes de forças sociais que contestam vivamente a versão oficial para os 500 anos. Afinal, o que deveriam comemorar os descendentes dos povos indígenas, que foram sendo destruídos enquanto avançava a colonização? Por que engrossariam o coro oficial também os negros, cujos antepassados foram escravizados ao longo de 300 anos? Em nome de que festejariam os despossuídos?

Quadro 7: Argumento pró-povo

Perguntas retóricas – cujas respostas podem ser adivinhadas pelo processo da intersubjetividade – retomam a reivindicação inicial da existência da história de outros povos além da do branco.

O governo tem razão: não há o que festejar. Vemos, então, que o editorial, que iniciou a argumentação em favor do governo, passa aos poucos a focar sua atenção no povo, e, neste estágio, refere-se exclusivamente a ele. Nesse processo, conta com o recurso do intertexto sobre a questão, politicamente correta, da inclusão das minorias nas discussões de interesse nacional, expressas por mini-metáforas: *A democracia é protesto popular, Comemorar os 500 anos é festejar a escravidão, a destruição.*

Essas organizações estão em Porto Seguro colocando uma pitada de pimenta nos festejos e é absolutamente lícito que possam dar o seu recado sem constrangimento, desde que, como também é fundamental na cultura democrática, não se apele para a violência sob nenhum pretexto.

Quadro 8: Argumento pró-povo

Do tom modalizado de probabilidade (p.ex., uso do futuro do pretérito) do estágio anterior, passa-se para o tom monoglóssico (“absolutamente lícito”, “é fundamental”, “não se apele”), embora sob condição (“desde que não se apele...”). Modos textuais, em fusão linear e escalada, fazem a narração e a descrição imiscuírem-se na argumentação, dificultando a

distinção do que é real e do que é opinião. Para justificar as atividades das forças sociais em Porto Seguro, o editorial diminui a avaliação de Graduação com “uma pitada de pimenta”, bem ao gosto do leitor brasileiro, tirando proveito do lado emotivo da persuasão. Expressões metafóricas (*O protesto popular é pitada de pimenta, A democracia é apoio ao povo*) dão continuidade à tendência do texto em mostrar que a voz popular conta com a anuência oficial, a permissão do pai.

*Os eventos de Seattle e de Washington, nos Estados Unidos, vão demonstrando **que às vezes as discussões mais importantes e mais pertinentes sobre temas de interesse público têm lugar fora da agenda oficial dos grandes encontros.** Ocorreu algo parecido na conferência sobre o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, com seu fórum paralelo. Agora um acontecimento semelhante, embora numa escala menor, dá-se na Bahia. O dissenso, quando praticado dentro do que requer a democracia, sem violência, é sempre saudável para fazer com que os governantes ouçam mais a voz das ruas.*

Quadro 9: Tese: A importância da voz do povo

O editorial, no intuito de angariar a simpatia do leitor, apoia-se em várias vozes narrativas para, ao mesmo tempo em que justifica o fracasso dos festejos, tentar distanciar o foco das atenções desse fracasso para a importância da voz do povo.

A análise dos estágios do editorial mostra várias expressões metafóricas que contribuem efetivamente na construção da metáfora conceitual, GOVERNO É PAI, conseguindo, assim, não só desviar a atenção do leitor da questão das comemorações, mas também conseguir seu alinhamento com a atuação pífia do governo, uma vez garantida a coerência do discurso por meio da força unificadora da metáfora

3.3. Análise do Editorial: Análise das metafunções

Iniciamos a análise do editorial por meio do exame das escolhas léxico-gramaticais feitas nas três metafunções, da LSF:

- | | |
|-------------------|---|
| (a) Textual: | Nominalização (sublinhada) |
| (b) Interpessoal: | Modalidade e Avaliatividade (indicada em negrito) |
| (c) Ideacional: | Transitividade (tipo de Processo indicado entre parênteses:
M = Material; Me = Mental; R = Relacional;
V = Verbal; E = Existencial; C = Comportamental) |

Há 500 anos, a nau capitânia do navegador (M) *português* Pedro Álvares Cabral aportava (M) na região da atual cidade de Porto Seguro, Bahia. **Decerto** tratou-se (R) do início (E) de uma história **relevante**, a história do Brasil **branco**, porque existe (E) uma outra para ser contada (V) a respeito dos vários povos **indígenas** que aqui habitavam (E) desde **remotos** tempos.

Quadro 10: Hipótese: Há duas histórias – oficial e a do povo

Na narrativa que inicia o editorial, a nominalização, com apenas duas ocorrências, não traz o efeito da “abstração teórica” que distanciaria autor do leitor, já que este estágio visa a aumentar a aproximação de ambos. Notemos que a nominalização “navegador” permite a inserção do adjunto adnominal “português”, que, além de evitar uma construção menos concisa (p.ex., “O português Pedro Álvares Cabral navegou em direção ao Brasil, aportando ...”), propicia a redução de duas orações em uma, fator de densidade lexical desejável, em especial, na escrita formal.

Avaliatividade: “relevante” e “branco” recebem Avaliação Social positiva, enquanto que “indígenas” e “remotos” recebem Avaliação Social negativa, no contexto, já que, embora donos das terras, não são assim considerados. Esse fato não só denuncia uma injustiça social, como apela para o sentimento humanitário do leitor. A Modalidade de probabilidade “decerto” inicia a intervenção do autor na narrativa.

Os Processos: 3 Existenciais, 2 Materiais, 1 Verbal e 1 Relacional referem-se à existência (E) de duas histórias do Brasil e à viagem de Cabral (M).

Na época estavam os portugueses muito mais interessados (Me) nos lucros (M) do comércio ultramarino de especiarias. Dominavam (M) uma rota alternativa de comércio, contornando (M) o Cabo da Boa Esperança (extremo sul da África) para chegar (M) ao Oriente. Não foi (R) **à toa** que a expedição (M) de Cabral permaneceu (M) nas terras brasileiras **apenas** alguns dias, para tomar (M) posse efetiva de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia (R) aos portugueses. Foi (R) **apenas** uma parada (M) em uma viagem (M) que tinha como destino (M) Calicute, na Índia.

Quadro 11: Argumento pró-governo: Desinteresse lusitano pela “descoberta”

Com 6 nominalizações, todas referentes a Processos (M), o editorial mostra a atividade portuguesa em direção a outras terras, para, assim, apresentar seu posicionamento – a hipótese que posteriormente tentará provar por meio de argumentos – de que não havia interesse (Me) dos portugueses pelas terras brasileiras, uma vez que estas já pertenciam à coroa lusitana, o que, como consequência, aponta para a desnecessidade dos festejos.

Nesse processo, as nominalizações conferem ao texto um tom elevado de conhecimento de causa por parte do editorial, fato que o distancia do leitor, deixando-o mais aberto a ser envolvido pelo processo persuasivo. É a falácia chamada de *argumentum ad verecundiam*, o respeito à opinião de uma autoridade. Notemos, nesse processo, a

contribuição da Avaliatividade (à **toa** = Apreciação neg.) e da Modalidade de frequência (**apenas** = Apreciação neg. com 2 ocorrências), que intensificam a força da argumentação.

A exploração (M) efetiva das terras brasileira só começaria (E) décadas depois, com o aproveitamento (M) do fértil solo, especialmente da zona da mata nordestina, para a plantação (M) da cana e a produção (M) do açúcar destinado (M) ao abastecimento (M) do mercado europeu. Mas não é preciso cobrar (M) rigor historiográfico das comemorações (M) que ocorrem (M) na data de hoje sobre os 500 anos da chegada (M) da frota do navegador (M) português. Como a maioria das festas cívicas do gênero, ela fala (V) muito mais do presente que do passado. E é (R) esse presente histórico, o Brasil de 22 de abril do ano 2000, que é (R) particularmente interessante.

Quadro 12: Estágio: Argumento pró-governo, envolvendo o povo

Nove nominalizações, novamente de Processos (M), põem-se a serviço da persuasão neste argumento em favor do desinteresse português na época do descobrimento. A nominalização “exploração” assume a função de Tema e orienta persuasivamente o leitor através de cinco orações. Feito esse preâmbulo que continua a narrativa, o editorial assume o argumento, em tom monoglóssico, utilizando-se da modulação de obrigação (**não é preciso**), bem como de tempos verbais no presente e sem modalização (ela **fala**; **é** esse; **é** particularmente).

Notemos como o texto afasta-se do leitor com o apoio das nominalizações, que possibilitam a criação de grupos nominais extensos, contribuindo assim para dar ao texto o tom de autoridade: “exploração efetiva das terras brasileiras”, “aproveitamento do fértil solo”, “rigor historiográfico das comemorações que ocorrem na data de hoje sobre os 500 anos da chegada da frota do navegador português”, este último um longo objeto direto para “cobrar”. Por outro lado, as nominalizações obrigam o leitor a recuperar o agente dos verbos no seu enquadre mental, fato que pode dificultar a legibilidade do texto para o leigo no assunto.

Com 2 Processos (R), o editorial desvia a atenção das comemorações para dar destaque aos acontecimentos populares de 2000, considerados “particularmente interessantes”.

Imagine-se (Me) o que seria (R) uma comemoração (M) dessas no regime militar ou no Estado Novo de Getúlio Vargas. Paradas nas ruas, garotos uniformizados (R) cantando (C) o “hino do Descobrimento”, livros editados (M) para louvar (C) a beleza e as riquezas do Brasil. Enfim, uma sombria demonstração (M) de força do governo (M) de plantão, de tipo parecido com o que praticavam (M) os regimes soviéticos ou com o que ocorre (E) na China.

Quadro 13: Argumento pró-governo e pró-povo

Para falar desse “presente interessante”, o editorial lança mão do conhecimento de mundo do leitor – e, assim, traz para o contexto das comemorações, situações evocativas de opressão e terror tanto no Brasil quanto em lugares especificamente significativas para o leitor.

A Avaliação Social negativa tinge o texto (“regime militar”, “Estado Novo”, “uniformizados”, “sombria”, “regimes soviéticos”, “China”); já a Avaliação Social positiva

(“beleza”, “riqueza”) são negativas no contexto, e, portanto, são *tokens* de Atitude (significado Ideacional saturado com significado Interpessoal). Notemos as diferentes vozes de diferentes épocas da história que contribuem para persuadir o leitor do risco que a comemoração poderia significar. Dessas escolhas léxico-gramaticais, resultam as expressões metafóricas – ou “mini-metáforas”, que concorrem para a construção da metáfora conceitual. Notemos a variedade de tipos de Processos (5 Materiais, 2 Relacionais, 2 Comportamentais, 1 Mental e 1 Existencial) que evidencia o mundo mental introduzido por “imagine”, que possibilita a introdução de múltiplas situações, cuja coerência fica na dependência do conhecimento partilhado entre autor e leitor. Esse fato mostra que a coerência não está no texto, mas no leitor (BEDNAREK, 2005).

Em oposição (M) a isso, o próprio aspecto de precária organização (M), com as devidas exceções (E), e mesmo de pouca importância (Me) dedicada (M) pelo governo aos festejos (M) – comandados (M) por um inexpressivo ministro do Turismo - não deixa de ter (R) seu ponto positivo. Os governantes (M) parecem estar menos interessados (R) em fazer valer (M) pela força ou pela máquina de propaganda (M) oficial a sua versão (Me) da história. A esse respeito, há (R) um visível amadurecimento (R) no comportamento (C) dos mandatários (M), que deve ser creditado (R) quase exclusivamente ao fato de se ter (R) hoje uma democracia razoavelmente estabelecida (E) neste país.

Quadro 14: Argumento pró-governo e pró-democracia (governo do povo)

Iniciando-se com “Em oposição a isso”, ou seja, em oposição a fatos meramente imaginados, o editorial vale-se de 10 nominalizações no argumento – talvez o mais contundente do editorial – para justificar as falhas do governo na comemoração dos 500 anos do descobrimento. Notemos a vantagem do uso da nominalização também em relação à introdução de atributos por meio de adjuntos adnominais, conferindo força à persuasão (“precária organização”, “pouca importância”, “inexpressivo ministro”, “visível amadurecimento”, de Julgamento negativo), e que segundo a teoria é a melhor maneira de fazer o interlocutor aceitar um atributo avaliativo.

Quanto à Avaliatividade, há vários *tokens* de Atitude, ou seja, escolhas lexicais cuja avaliação – se positiva ou negativa - depende do contexto. No caso, algumas avaliações (“precária”, “pouca”, “inexpressivo”, “menos”) devem ser entendidas, no contexto em questão, como positivas. Já no caso de outras avaliações (“amadurecimento”, “máquina propaganda oficial”) devem ser entendidas como negativas. É o fenômeno do “apito do cão”, em que certos significados devem ser “entendidos” como avaliados em geral negativamente, o que depende em parte das metarelações que leitor tece conforme as avaliações desfilam pelo texto segundo o processo da prosódia.

Os 9 Processos (M) referem-se ações do governo, porém negativas - porque precárias – mas, logo, 6 (R) recuperam o lado positivo das autoridades (“menos interessados”, “visível amadurecimento” e outros), sugerindo que o que parecia ser um fracasso do governo, pode, na realidade, ser interpretado como um modo pelo qual o governo livrou o povo contra a existência de um poder autoritário.

Também a democracia permite que estejam (R) em Porto Seguro representantes (M) de forças sociais que contestam (M) vivamente a versão (Me) oficial para os 500 anos. Afinal, o que deveriam comemorar (M) os descendentes (M) dos povos indígenas, que foram sendo destruídos (M) enquanto avançava (M) a colonização (M)? Por que engrossariam (V) o coro oficial também os negros, cujos antepassados foram escravizados (M) ao longo de 300 anos? Em nome de que festejariam (M) os despossuídos (E)?

Quadro 15: Argumento pró-povo

Uma vez preparado o terreno, o editorial continua defendendo a pouca importância da data, agora com menos nominalizações, já que adota um tom de aproximação com os leitores. Assim, volta para a questão das minorias étnicas, com perguntas retóricas, cujas respostas – pelo processo da intersubjetividade – já são conhecidas por ambas as partes: autor e leitor.

Dos 8 Processos (M), parte recebe Avaliação Social positiva já que descreve situação contrária à comemoração (“permite”, “forças sociais”, “contestam”) e parte recebe Avaliação Social negativa (“destruídos”, “escravizados”, “despossuídos”), mas todas concorrendo para marcar a insignificância das comemorações.

Essas organizações (M) estão (R) em Porto Seguro colocando (M) uma pitada de pimenta nos festejos (M) e é **absolutamente** lícito que possam dar (M) o seu recado sem constrangimento (M), desde que, como também é (R) **fundamental** na cultura democrática, não se apele (M) para a violência (M) sob **nenhum** pretexto (V).

Quadro 16: Argumento pró-povo

O tom monoglóssico retorna para louvar (V) os movimentos sociais anti-festejos, com 7 Processos (M) e conta com Avaliação Social positiva (“lícito”, “sem constrangimento”, “fundamental”) marcados com Graduação de força maior (“absolutamente”, “nenhum”). 2 Processos (R) e 1 (V) relatam as atividades do povo (M) e o modo como devem agir nos protestos (R).

Os eventos de Seattle e de Washington, nos Estados Unidos, vão demonstrando (M) que às vezes as discussões (V) mais importantes e mais pertinentes sobre temas de interesse (Me) público têm lugar (E) fora da agenda oficial dos grandes encontros (M). Ocorreu (E) algo parecido na conferência sobre o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, com seu fórum paralelo. Agora um acontecimento (M) semelhante, embora numa escala menor, dá-se (M) na Bahia. O dissenso (M), quando praticado (M) dentro do que requer (M) a democracia, sem violência (M), é (R) sempre saudável para fazer (M) com que os governantes (M) ouçam (Me) mais a voz das ruas.

Quadro 17: Tese: A importância da voz do povo

O último estágio demonstra a tese da argumentação desenvolvida pelo editorial, deixando de lado a questão da comemoração frustrada, para concentrar-se na nas discussões fora da agenda oficial. Constrói-se assim a metáfora que envolve o povo com seu protesto e o governo com sua benevolência. O povo plenamente justificado pela “democracia” - em sua atitude de protesto, e o governo justificado em sua tentativa frustrada de comemorar o

“descobrimto”. Para robustecer e conferir verossimilhança a essas justificativas, o editorial ampara-se em vozes (“Seattle” e “Washington”) respeitadas pela maioria dos brasileiros.

Portanto, o editorial, para persuadir o leitor, tendo diante de si um fato aparentemente evidente – o do fracasso dos festejos e conseqüente protesto popular – tenta desconstruir essa realidade, por meio de uma nova interpretação dos acontecimentos. Para tanto, recorre à construção de uma metáfora – GOVERNO É PAI – na subjacência de um texto erigido com recursos de avaliações e de nominalizações, para aos poucos mudar a representação mental dos leitores.

Conclusão

Em uma primeira leitura, a menção no primeiro estágio sobre a história do Brasil de outros povos pode parecer apenas a concessão de uma opinião politicamente correta sobre um Brasil, cuja história ainda não mereceu o devido tratamento. Porém, conforme a leitura prossegue, tratando da viagem de Cabral e dos frustrados festejos dos 500 anos, e já chegando ao final, deparamo-nos com o foco do interesse voltando-se totalmente para o povo. Embora essa junção de fatos aparentemente distantes – os protestos na Bahia não pareciam ter um significado relevante naquele contexto – o editorial é dotado de grande força persuasiva, conforme se atestou em aula de pós-graduação em linguística. Era como se o editorial provocasse um sentimento de alívio para aqueles que lamentavam o fracasso das comemorações.

Como se conseguia esse efeito? Como irmanar governo e povo, em um contexto altamente desfavorável às autoridades, diante da massa popular que erguia sua voz, protestando contra o fracasso das comemorações? O editorial lança mão, então, de um recurso que se insinua no processo persuasivo à maneira de uma crypto-argumentação – a argumentação secreta -, na forma de uma metáfora conceitual, que escolhemos chamar de GOVERNO É PAI, em que o governo é aquele que – tal qual um pai – sabe o que é bom para o povo, o seu filho. É assim que, por meio de várias expressões metafóricas, com referências ao fato do desinteresse português pelas terras em que aportou Cabral em 1500, tende aos poucos a falar não somente da desnecessidade das comemorações dessa data, mas também do perigo que o povo poderia correr nas mãos de um governo que impusesse à força o sucesso nos festejos.

Nesse processo, o editorial faz uso dos modos textuais, iniciando-se com a descrição e a narração para cativar o leitor com relatos de fatos fartamente conhecidos para, aos poucos, valer-se do modo argumentativo, que domina totalmente os estágios finais, por meio do qual o autor impõe seus argumentos. No interior desses modos, entre as escolhas léxico-gramaticais afigura-se a metáfora gramatical, com suas funções de distanciar autor do leitor – na medida das necessidades persuasivas por meio da compactação lexical e da despersonalização da oração. Além disso, a forma nominalizada pode ter a ela agregada atributos avaliativos ideologicamente persuasivos, bem como atuar como Tema do período, podendo, assim, influir na interpretação do leitor.

Mas todo esse aparato, para ter seu efeito persuasivo efetivado, precisa contar com a habilidade de uma leitura relacional que possibilite captar as metarrelações que vão sendo estabelecidas conforme o texto se desenrola e em que as avaliações ou se somam, ou se

opõem, explícitas ou implícitas, e que dependem para sua interpretação do enquadre mental do leitor. Só assim, é possível perceber a coerência subjacente do texto, quando o não-dito começa a fazer sentido. É o que a análise do editorial “O Quinto Centenário” nos fez ver.

Metaphors and persuasion in newspaper editorials: a perspective of the Systemic Functional Grammar

ABSTRACT: This research examines the persuasive function of two types of metaphor in newspaper editorials. The implicit persuasion prevents attitudinal language usually associated with interpersonal meaning. In this sense, it can count on the contribution of grammatical metaphor, as well as conceptual metaphor, in the context of textural modes. The research is supported by the Systemic Functional Grammar, which comprises Critical Linguistics, Modality and Appraisal. The results show that nominalization - due to its functions - has specific stages in the editorial, aimed at the effecting persuasion, while conceptual metaphor ensures the understanding of the text within a certain ideological perspective.

Keywords: persuasion; editorial; gramatical and conceptual metaphor; textural modes; Systemic-Functional Grammar.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar:** Gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BEDNAREK, M.A. Frames revisited – the coherence-inducing function of frames. **Journal of Pragmatics** v.37, n.5, p.685-706, 2005.

CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus approaches to critical metaphor analysis.** Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

COFFIN, C.; O’HALLORAN, K. The role of appraisal and corpora in detecting covert evaluation. **Functions of Language** v.13, n.1, p. 77-110, 2006.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics.** Londres: Pinter, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UnB, 1992.

FIGUEREDO, G. P. **The flow of information in “Brian Aldiss Supertoys: Last All Summer Long”** and its translation into brazilian portuguese. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos>>.

FLØTTUM, K. EU discourse: Polyphony and unclarity. **Journal of Pragmatics** v. 42, n.4, p.990-999, 2010.

FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G; TREW, T. (Eds.) **Language and control**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FOWLER, R. **Language in the news**. Londres: Routledge, 1991.

GOATLY, A. **The language of metaphors**. Nova York: Routledge, 1997.

HALLIDAY, M.A.K. An Introduction to systemic-functional grammar. Londres: Edward Arnold, 1978.

_____ **An introduction to systemic-functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985; 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. **An introduction to functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 2004.

HOEY, M. Signalling in discourse: a functional analysis of a common discourse pattern in written and spoken English. In: COURTHARD, M. **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994.

HUNSTON, S. Evaluation and ideology in scientific discourse. In: GHADDESSY, M. (Ed.), **Register analysis: Theory and practice**. Londres: Pinter, 1993.

KÄRKKÄINEN, Elise. Stance taking in conversation: From subjectivity to intersubjectivity. **Text & Talk** v. 26, n.6, p. 699-731, 2006.

KITIS, E.; MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. **Journal of Pragmatics**, v. 28, p. 557-590, 1997.

KOCH, I. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez 1987.

KRESS, G.; HODGE, B. **Language as Ideology**. Londres: Routledge, 1979. Reeditado em 1993.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.) **Metaphor and Thought**. Cambridge, CUP, 1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LATOURET, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life: The social construction of scientific facts**, Beverley Hills, CA: Sage, 1979.

LEMKE, Jay L. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. **Functions of Language**, v.5, n.1, p. 33-56, 1998.

LI, J. Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. **Journal of Pragmatics**, v.42, n.12, p. 3444-3458, 2010.

LUCHJENBROERS, J.; ALDRIDGE, M. Conceptual manipulation by metaphors and frames: Dealing with rape victims in legal discourse. **Text & Talk** v.27, n.3, p. 339-359, 2007.

MANNING, P. **Dog Whistle Politics and Journalism**. Sydney: Australian Centre for Independent Journalists, 2004.

MARTIN, J. R. Language, register and genre. In: CHRISTIE, F. (Ed.), **Children writing: reader**. Geelong: Deaking University Press, p. 21-30, 1984.

MARTIN, J. R. **English text: System and structure**. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (eds), **Evaluation in Text**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

MUNTIGL, Peter. Policy, politics, and social control: A systemic functional linguistic analysis of EU employment policy. **Text** v. 22, n.3, p. 393-441, 2002.

PARODI, G. Genre organization in specialized discourse: Disciplinary variation across university textbooks. **Discourse Studies** v.16, n.1, p. 65-87, 2014.

PORTA, M.A.G. **A filosofia a partir de seus problemas**. SP: Editora Loyola, 2002.

RANDACCIO, M. **Language change in scientific discourse**. Depto di Letterature e Civiltá Anglo-Germaniche Univesity of Trieste, Itália, 2004.

REYNOLDS, M. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. **International Journal of Applied Linguistics**, v.10, n.1, p. 25-40, 2000.

SLOBIN, D. I. **Psicolinguística**. SP: Companhia Editora Nacional e Editora da USP

WHITE, P.R.R.. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. **Text**, v.23, n.2, p. 259-284, 2003.

Data de envio: 15/05/2014

Data de aceite: 14/04/2015

Data de publicação: 23/04/2015